

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011
CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA**

CARGO: CONTADOR

CADERNO DE PROVAS

Nome por extenso: _____

1. Escreva na capa deste Caderno de Provas seu nome completo (com letra de forma).
2. Este Caderno de Provas contém 40 (quarenta) questões objetivas, numeradas de 01 a 40, sendo:
 - 10 (dez) de Língua Portuguesa;
 - 10 (dez) de Conhecimentos Gerais; e
 - 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos.
3. A duração da prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas, único documento válido para a sua avaliação.
4. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos Fiscais.
5. A prova é individual, sendo vedada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
6. Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta, qualquer sistema de comunicação ou que desatender às orientações constantes neste Caderno de Provas, na Folha de Respostas ou aquelas emanadas pelos Fiscais.
7. Em cada questão objetiva, há cinco alternativas (A, B, C, D e E) e somente uma resposta correta.
8. O candidato somente poderá entregar o seu Caderno de Provas, sua Folha de Respostas e sair da sala após às 14 horas.
9. Ao receber sua Folha de Respostas, proceda da seguinte forma:
 - a) verifique se os dados pré-impressos estão corretos. Constatado algum erro, comunique o Fiscal para que conste em ata a informação correta;
 - b) assine no local indicado;
 - c) preencha corretamente, com caneta esferográfica, ponta média, tinta azul-escuro ou preta, o campo correspondente à alternativa que considera correta em cada questão;
 - d) não amasse ou dobre, nem rasure a Folha de Respostas.
10. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal da sala, obrigatoriamente: o Caderno de Provas e a Folha de Respostas devidamente assinada.
11. Os dois últimos candidatos de cada sala de prova, somente poderão entregar seu Caderno de Provas, a sua Folha de Respostas e retirar-se do local simultaneamente.

----- DESTAQUE ESTE ESPAÇO PARA LEVAR SUAS ANOTAÇÕES -----

1	A	B	C	D	E	11	A	B	C	D	E	21	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E												
2	A	B	C	D	E	12	A	B	C	D	E	22	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E												
3	A	B	C	D	E	13	A	B	C	D	E	23	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E												
4	A	B	C	D	E	14	A	B	C	D	E	24	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E												
5	A	B	C	D	E	15	A	B	C	D	E	25	A	B	C	D	E	35	A	B	C	D	E												
6	A	B	C	D	E	16	A	B	C	D	E	26	A	B	C	D	E	36	A	B	C	D	E												
7	A	B	C	D	E	17	A	B	C	D	E	27	A	B	C	D	E	37	A	B	C	D	E												
8	A	B	C	D	E	18	A	B	C	D	E	28	A	B	C	D	E	38	A	B	C	D	E												
9	A	B	C	D	E	19	A	B	C	D	E	29	A	B	C	D	E	39	A	B	C	D	E												
10	A	B	C	D	E	20	A	B	C	D	E	30	A	B	C	D	E	40	A	B	C	D	E												

LÍNGUA PORTUGUESA

Apelo

Dalton Trevisan

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor.

(Disponível em: <http://co-lirius.blogspot.com/2007/07/apelo-dalton-trevisan.html>. Acesso em: 19 jun. 2011).

Questão 01

O texto de Dalton Trevisan retrata fundamentalmente:

- A) o esquecimento do narrador, relativamente à mulher, uma vez que sua vida doméstica continua em desordem.
- B) a falta que uma empregada doméstica faz em um lar masculino.
- C) a saudade da mulher amada que o narrador insinua, através, principalmente, do desarranjo físico em que se encontra a casa, resultante da ausência da mulher.
- D) a inexistência de qualquer sentimento positivo do narrador, em relação à mulher.
- E) o ponto de vista feminino, quanto ao abandono do lar.

Questão 02

Em: “Amanhã faz um mês...” (1º§), o sujeito é inexistente; assinale a opção em que ocorre o mesmo fato, ou seja, a frase a seguir em que se verifica a inexistência de tal função sintática.

- A) Choverão pedidos de auxílio.
- B) Deve haver muitos ingressos ali.
- C) Saíram da sala apressadamente.
- D) Ouviram-se dois sinais.
- E) Trata-se de um caso raro.

Questão 03

No trecho: “E comecei a sentir falta das pequenas brigas...” (3º§), a concordância nominal está correta; assinale a alternativa abaixo em que se verifica a mesma correção.

- A) Leu uma e outra crônica.
- B) Aquelas pessoas são pseudas-artistas.
- C) Viviam isolados, completamente só naquela região.
- D) Vai anexo a declaração solicitada.
- E) Vimos filmes o mais românticos possíveis.

Questão 04

Na passagem: "... o leite primeira vez coalhou." (2º§), a concordância verbal está perfeita; assinale a opção abaixo que **contradiz** a norma padrão.

- A) Reclamou do acordo proposto o diretor e o assistente.
- B) Entregamos o exercício tua prima, minha irmã e eu.
- C) A maioria dos presentes aplaudiu o espetáculo.
- D) Quais de nós sairá mais cedo amanhã?
- E) Foste tu que me ensinaste a lição.

Questão 05

Em: "Às suas violetas, na janela,..." (3º§), o acento indicativo da crase está de acordo com as normas gramaticais vigentes; identifique o item a seguir no qual se **contradiz** a obediência às normas.

- A) Nossa firma está à serviço da prefeitura.
- B) Quanto às duas decisões, acato-as todas.
- C) Referiu-se àquele pequeno desagravo.
- D) Não fizemos alusão à que estava de blusa vermelha.
- E) Entregaremos os livros à Maria e à Eduarda.

Questão 06

Na passagem: "... os guardou debaixo da escada." (2º§), a regência nominal obedeceu às determinações vigentes; mas abaixo há uma opção em **contradição** à correção da norma padrão, identifique-a.

- A) Era avesso a discursos longos.
- B) Estava cego a todos os avisos.
- C) O tratamento foi benéfico comigo.
- D) Estas atitudes nos parecem coevas do século passado.
- E) Meu quarto era contíguo ao banheiro.

Questão 07

Se compararmos a palavra sublinhada na frase: "pilha de jornais ali no chão, ..." (2º§), com a palavra sublinhada no período: "Esqueci-me de comprar pilha para o rádio", veremos que, semanticamente, elas são:

- A) sinônimas.
- B) antônimas.
- C) parônimas.
- D) metáforas.
- E) homônimas.

Questão 08

O item a seguir em que se verifica, pelo menos, uma palavra com **erro** de grafia é:

- A) exceção / extenso.
- B) obsessão / obcecado.
- C) extinguir / arguir.
- D) extemporâneo / extenuar.
- E) miscigenação / florecer.

Questão 09

A única palavra que obedece à mesma regra de acentuação de **área** é:

- A) história.
- B) sintético.
- C) está.

- D) também.
- E) científico.

Questão 10

Assinale a alternativa em que o pronome possessivo foi usado **incorretamente**.

- A) Vossa Senhoria trouxe seu discurso?
- B) Vossa Reverendíssima queira desculpar-me se interrompo vosso trabalho.
- C) Voltando ao Vaticano, Sua Santidade falará a fiéis de todas as partes.
- D) Informamos que Vossa Excelência e seus auxiliares conseguiram muitas adesões.
- E) Sua Excelência, a senhora Presidente, delegou a seu secretário a incumbência de representá-la no evento.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 11

Considerando a Lei Municipal n.º 1.240/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão.
- B) Quadro é o conjunto de carreiras e cargos em comissão.
- C) O vencimento dos cargos públicos obedecerá a padrões fixados em lei.
- D) Carreira é o grupamento de cargos da mesma profissão ou atividade e de igual padrão de vencimento.
- E) Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições previstas em lei ou regulamento.

Questão 12

Com observância do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, assinale a alternativa cuja definição é “o reingresso no serviço público do funcionário posto em disponibilidade”.

- A) Reintegração.
- B) Aproveitamento.
- C) Reversão.
- D) Readaptação.
- E) Substituição.

Questão 13

Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, com a alteração feita pela Lei Municipal n.º 1.340/1993, qual o prazo máximo para concessão de licença para trato de interesses particulares?

- A) Cinco anos.
- B) Três anos.
- C) Dois anos.
- D) Um ano.
- E) Seis meses.

Questão 14

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia:

- I. serão relevadas até 5 (cinco) faltas do funcionário durante o mês, motivadas por doença comprovada em inspeção médica.
- II. o funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou da remuneração diária quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho.
- III. o funcionário perderá o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo legal ou moléstia comprovada.

IV. o funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração durante o período de afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva a pena que não determine demissão.

Marque a alternativa correta.

- A) As assertivas II e III estão corretas.
- B) As assertivas III e IV estão corretas.
- C) As assertivas I e IV estão corretas.
- D) As assertivas II e IV estão corretas.
- E) Somente a assertiva I está correta.

Questão 15

Com base na Lei Municipal n.º 1.240/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Clevelândia, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou representar, cabendo recurso do indeferimento do pedido de reconsideração e das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- B) O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em 2 (dois) anos, quanto aos atos de que decorreram demissões, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- C) O pedido de reconsideração não tem efeito suspensivo.
- D) Conta-se o prazo de prescrição da data da publicação oficial do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, da data da ciência do interessado.
- E) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até 2 (duas) vezes.

Questão 16

Conforme a Lei Orgânica do Município de Clevelândia, é da competência do Município em comum com a União e o Estado:

- A) legislar sobre licitação e contratação em todas as modalidades, para administração pública municipal, direta e indiretamente, inclusive as fundações municipais respeitando as normas gerais da legislação Federal e Estadual.
- B) elaborar e executar o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- C) impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- E) elaborar o seu plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e seus orçamentos anuais.

Questão 17

Com base na Lei Orgânica do Município de Clevelândia, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre a criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas Municipais.
- B) É da competência exclusiva da Câmara Municipal elaborar seu Regime Interno.
- C) A Câmara Municipal, pelo seu Presidente, bem como qualquer de suas comissões, pode convocar o Secretário Municipal para, no prazo de oito dias, pessoalmente, prestar informações sobre assunto previamente determinado.
- D) A sessão legislativa só poderá ser aberta com a presença de no mínimo um quarto dos membros da Câmara.
- E) A mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários eleitos para o mandato de um ano.

Questão 18

De acordo com a Lei Municipal n.º 2.103/2007, que instituiu as Diretrizes do Plano Diretor Municipal de Clevelândia, “macrozoneamento é o estabelecimento de áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação do solo visando dar a cada região melhor utilização em função das diretrizes de crescimento, da mobilidade urbana, das características ambientais e locacionais, objetivando o desenvolvimento harmônico da comunidade e o bem-estar social de seus habitantes”. Qual macrozona compreende as faixas ao longo dos fundos de vale do Município, destinadas à proteção das matas ciliares?

- A) Macrozona de Preservação Permanente.
- B) Macrozona Urbana.
- C) Macrozona de Manejo Controlado.
- D) Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Econômico.
- E) Macrozona Rural.

Questão 19

Segundo a Lei Municipal n.º 2.103/2007, a qual conceito corresponde: “conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, melhorias de infraestrutura e viário, ampliação dos espaços públicos e valorização ambiental, num determinado perímetro contínuo ou descontínuo”?

- A) Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança.
- B) Consórcio Imobiliário.
- C) Operações de Ocupação do Solo.
- D) Relatório de Impacto de Vizinhança.
- E) Operações Urbanas Consorciadas.

Questão 20

Em relação ao Conselho Municipal de Planejamento, conforme disposto na Lei Municipal n.º 2.103/2007, é correto afirmar que:

- A) as reuniões do Conselho são públicas, mas não é facultado aos munícipes solicitar que se inclua assunto de seu interesse na pauta.
- B) seus membros titulares e suplentes são nomeados pela Câmara Municipal e aprovados pelo Prefeito.
- C) os membros do Conselho Municipal de Planejamento são remunerados para exercer seus mandatos.
- D) o Conselho é composto por doze membros efetivos.
- E) o mandato dos membros do Conselho é de 4 (quatro) anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

Com a relação à execução do orçamento público e ao reconhecimento de receitas e despesas orçamentárias, tomando por base o princípio da anualidade orçamentária, podemos afirmar que pertencem ao exercício financeiro, segundo o artigo 35 da Lei n.º 4.320 de 17/3/1964:

- A) as receitas previstas e as despesas fixadas.
- B) as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- C) as receitas nele recolhidas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- D) as receitas recolhidas e as despesas pagas.
- E) as receitas previstas e as despesas liquidadas.

Questão 22

A Lei 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com relação a esta legislação pode-se afirmar que:

- I. a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- II. todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, permitindo-se algumas deduções.
- III. a Lei do Orçamento poderá conter autorizações ao Legislativo para abrir créditos suplementares até determinada importância.
- IV. as receitas classificam-se em três categorias econômicas: Receitas Correntes, Receita de Contribuições e Receita de Capital.

Marque a alternativa correta.

- A) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- B) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- D) Somente a assertiva I está correta.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 23

Segundo Silva (2009), para se atender as necessidades públicas, o Estado dispõe de recursos ou rendas que lhe são entregues através da contribuição da coletividade, sendo o conjunto destes recursos denominado Receita Pública. Neste sentido, podemos afirmar que a Receita Pública é formada por:

- A) todos os ingressos públicos.
- B) todos os ativos públicos.
- C) todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas.
- D) todos os ingressos de caráter devolutivo auferidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas.
- E) todos os ativos e passivos governamentais.

Questão 24

A Lei n.º 4.320/64, de forma implícita, classifica a receita em orçamentária e extraorçamentária, definindo que a receita orçamentária são ingressos que se integram definitivamente ao patrimônio público sem qualquer correspondência no passivo e estejam ou não previstas na Lei do Orçamento Anual (LOA). Já as receitas extraorçamentárias tratam-se de recursos que não constam na LOA e compreendem as entradas de caixa ou créditos de terceiros, que o Estado tem a obrigação de devolução ou recolhimento. Sendo assim, podemos afirmar que a única alternativa que apresenta apenas uma receita extraorçamentária é:

- A) receita de imposto.
- B) depósitos diversos.
- C) transferências correntes.
- D) alienação de bens.
- E) compra de bens.

Questão 25

Segundo o art. 15 da Lei n.º 4.320/64, as despesas, segundo sua categoria econômica, são divididas em: despesas de capital e despesas correntes. Acerca destas despesas é correto afirmar que:

- I. constituem-se despesas correntes: as despesas de custeio e de investimento.
- II. classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

- III. classificam-se como despesas de subvenções sociais, as que se destinem as empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- IV. os gastos com investimento em material permanente são classificados como uma despesa de capital e para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Marque a alternativa correta.

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- B) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- D) Somente a assertiva IV está correta.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 26

Com relação ao ciclo da receita pública, da previsão ao recolhimento podemos afirmar que:

- A) o lançamento constitui o segundo estágio da receita pública e representa a estimativa de quanto se espera arrecadar durante o exercício financeiro.
- B) a arrecadação é constituída da entrega do numerário, pelos agentes públicos ou privados, às repartições ou ao Banco Oficial.
- C) no estágio do recolhimento, dizemos que este é o momento a partir do qual os valores estão disponíveis para o Tesouro do Estado.
- D) segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal a previsão da receita pode ser reestimada pelo Legislativo a qualquer momento do exercício financeiro.
- E) só existe uma forma de lançamento das receitas tributárias.

Questão 27

As despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento poderão ser abertas a partir de créditos adicionais. Com relação a estes créditos, é correto afirmar que:

- I. os créditos adicionais são classificados em: suplementares, extraordinários e ordinários.
- II. os créditos extraordinários são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- III. os suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- IV. qualquer crédito adicional pode ser aberto sem autorização legislativa.

Marque a alternativa correta.

- A) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- C) Somente a assertiva II está correta.
- D) Somente a assertiva I está correta
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 28

Com relação às Demonstrações Contábeis aplicadas no setor público é correto afirmar que:

- A) o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- B) o Balanço Patrimonial evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- C) o Passivo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- D) o Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- E) o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Questão 29

Segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal são três os instrumentos de planejamento orçamentário que o governo realiza: o Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual. Com relação ao que se estabelece no Plano Plurianual podemos dizer que:

- A) estabelece os programas e projetos de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da administração pública para um período de três anos.
- B) deve ser instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes a programas de duração continuada.
- C) sua principal finalidade é orientar a elaboração do orçamento fiscal, da seguridade e de investimento das empresas estatais.
- D) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- E) disporá sobre as alterações da legislação tributária.

Questão 30

A Portaria n.º 187/08, do Ministério da Fazenda, estabeleceu o novo modelo da Contabilidade Pública no Brasil, determinando à Secretaria do Tesouro Nacional a adoção de medidas necessárias para a promoção da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público às Normas Internacionais de Contabilidade. Sobre esta legislação é correto afirmar que:

- I. um dos objetivos da referida portaria é que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização.
- II. determina que a Secretaria do Tesouro Nacional deva editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da *International Federation of Accountants* (IFAC) e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público.
- III. propõem uma alteração nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, para que estes atendam às Normas Internacionais de Contabilidade.
- IV. instituiu o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, órgão responsável por desenvolver ações que promovam a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Marque a alternativa correta.

- A) Somente a assertiva I está correta.
- B) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I e IV estão corretas
- D) Somente as assertivas I e II estão correta.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 31

Sabe-se que a Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) objetiva, entre outras coisas, ditar normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e determinar uma conduta transparente e planejada aos administradores públicos. Acerca desta legislação pode-se afirmar que:

- A) um dos principais objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 04/05/2000, era o controle de gastos e endividamento excessivo, por parte dos governos subnacionais (estados e municípios).
- B) a LRF estipulou um limite de gastos com pessoal de 60% da receita corrente líquida para União e 50% para os estados.
- C) para evitar o endividamento excessivo, determinou uma relação de 1,3 entre dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida, tanto para estados quanto para municípios.
- D) a LRF não estabelece limites para as despesas com pessoal para os municípios.
- E) a LRF destina aos estados a tarefa de estabelecer limites para as despesas com pessoal para os municípios.

Questão 32

No que tange à escrituração e à consolidação das contas públicas, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar que:

- I. a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- II. as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.
- III. o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.
- IV. os estados e os municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até trinta e um de março (31 de março).
- V. caso os estados e municípios não cumpram o prazo estabelecido para encaminhar suas contas públicas, estes ficarão impossibilitados de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, sem quaisquer exceções.

Marque a alternativa correta.

- A) Somente a assertiva II está correta.
- B) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- D) Somente a assertiva III está correta.
- E) Somente as assertivas I, II, III estão corretas.

Questão 33

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe a Dívida Pública Consolidada:

- A) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses.
- B) as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- C) os precatórios judiciais emitidos antes de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que tenham sido incluídos.
- D) o refinanciamento da dívida pública imobiliária.
- E) a Lei de Responsabilidade não disciplina nada sobre a Dívida Pública Consolidada.

Questão 34

Em relação às despesas com recursos de Suprimentos de Fundos, conforme disciplinado pela Portaria n.º 95/2002, é correto afirmar que:

- A) é possível utilizar até o limite máximo de R\$ 15.000,00 por concessão para Compras e Serviços.
- B) é possível utilizar até o limite máximo de R\$ 8.000,00 por concessão para Obras e Serviços de Engenharia.
- C) é possível utilizar até o limite máximo de R\$ 15.000,00 por concessão para Obras de Serviços e Engenharia.
- D) é possível utilizar até o limite máximo de R\$ 15.000,00 por despesa, isto é, por valor do documento de comprovação do gasto, para Obras e Serviços de Engenharia.
- E) é possível utilizar até o limite máximo de R\$ 1.500,00 por despesa, isto é, por valor do documento de comprovação do gasto, para Compras e Serviços.

Questão 35

Qual é o prazo máximo para aplicação do Suprimento de Fundos?

- A) De até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do ato de concessão.
- B) De até 90 (noventa) dias, contados da assinatura do ato de concessão.
- C) De até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do ato de concessão.
- D) De até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do ato de concessão.
- E) De até 7 (sete) dias, contados da assinatura do ato de concessão.

Questão 36

Qual é o prazo máximo para prestação de contas do Suprimento de Fundos?

- A) De até 7 (sete) dias, contados a partir do prazo de aplicação.
- B) De até 14 (quatorze) dias, contados a partir do prazo de aplicação.
- C) De até 21 (vinte e um) dias, contados a partir do prazo de aplicação.
- D) De até 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo de aplicação.
- E) De até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do prazo de aplicação.

Questão 37

De acordo com a Lei n.º 8.666/93, são modalidades de licitação:

- I. a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- II. a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- III. a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- IV. a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- V. a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Os itens acima descritos referem-se, respectivamente, a:

- A) I: Concorrência; II: Concurso; III: Convite; IV: Tomada de Preços; V: Leilão.
- B) I: Leilão; II: Convite; III: Concurso; IV: Tomada de Preços; V: Concorrência.
- C) I: Tomada de Preços; II: Convite; III: Concorrência; IV: Concurso; V: Leilão.
- D) I: Leilão; II: Concurso; III: Convite; IV: Tomada de Preços; V: Concorrência.
- E) I: Tomada de Preços; II: Convite; III: Concurso; IV: Leilão; V: Concorrência.

Questão 38

De acordo com a Lei n.º 8.666/93, para obras e serviços de engenharia, a modalidade de licitação “convite” será determinada em função do seguinte limite:

- A) até 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- B) até 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- C) até 3.000.000,00 (três milhões de reais).
- D) acima de 3.000.000,00 (três milhões de reais).
- E) não há limites determinados para esta modalidade de licitação.

Questão 39

Conforme a Lei n.º 8.666/93, para qual das seguintes situações é necessário realizar licitação?

- A) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- B) Em obras para a organização de eventos de grande relevância internacional e interesse da população, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo.
- C) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- D) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- E) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

Questão 40

São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam, segundo a Lei n.º 8.666/93:

- A) os casos de rescisão.
- B) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- C) as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.
- D) as garantias de não insolvência civil em caso de contrato em prazo indeterminado.
- E) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.